

O jogo de forças no relato de um pronunciamento¹

Ercília Ana Cazarin*

Resumo

O texto, a partir de uma entrevista coletiva concedida pelo presidente Lula referindo-se a um possível “terceiro mandato”, ocupa-se em buscar compreender diferentes gestos de sujeitos jornalistas na leitura/interpretação de um enunciado, bem como compreender o que evoca a emergência do mesmo e em que medida, nas diferentes maneiras de relatar o discurso-outro, o próprio título das notícias materializa relações de força presentes na sociedade. Ocupa-se também, a partir de uma das perguntas do jornalista e da resposta do sujeito enunciatador do discurso, a analisar efeitos de sentidos possíveis para o enunciado “eu não brinco com a democracia”, que, ao ser enunciado, faz eco com enunciados já-ditos em outras condições de produção.

Palavras-chave: Análise do discurso. Discurso de Lula. Leitura/interpretação. Discurso relatado.

O objetivo deste texto é, a partir do fragmento de uma entrevista coletiva concedida, na cidade da Guatemala, em 2 de junho de 2009, pelo presidente da República, Luiz I. L. da Silva, referindo-se a um possível “terceiro mandato”, em especial, do enunciado “[...] eu não brinco com a democracia”, buscar compreender diferentes gestos de sujeitos jornalistas na leitura/interpretação do mesmo, bem como o que evoca a sua emergência. A imediata repercussão desse pronunciamento na web, quase que concomitante aos fatos, nos instigou a prestar atenção aos diferentes gestos interpretativos na maneira de relatá-lo.

À medida que o ciberespaço se faz presente em nosso cotidiano, temos nos defrontado com o desafio de compreender como discursos circulam, como são lidos e como produzem sentidos nesse ambiente virtual, em especial, buscando

* Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS. Professora da Unijuí. Membro e pesquisadora do Grupo de Estudos e de Pesquisa em Análise do Discurso (Gepad - RS).

¹ Este texto resulta do projeto de pesquisa “Povo e democracia no discurso de Lula”, financiado pelo curso de Letras/Unijuí.

Data de submissão: novembro de 2009. Data de aceite: dezembro de 2009.

uma melhor compreensão desse modo de circulação e de produção dos sentidos. Isso nos levou a acompanhar/analisar como e em que medida, nas diferentes maneiras de relatar o discurso-outro, o próprio título das notícias materializa o embate das relações de força presentes na sociedade. Nesse sentido, procuramos observar como esse pronunciamento foi trabalhado em títulos de matérias publicadas em periódicos da mídia digital e também em blogs.

O *Manual de Redação da Folha de São Paulo* (2005, p. 36) registra a recomendação de que “títulos, subtítulos e lides devem ser atraentes e fortes [...]”. Os títulos devem ser, ao mesmo tempo, capazes de tornar claro, em poucas palavras e em ordem lógica, o objeto da notícia e de atrair o leitor incitando seu interesse [...]”. Na mesma direção, o *Dicionário de comunicação* de Barbosa e Rabaça (2001, p. 387) registra que o título destina-se a “indicar resumidamente o assunto da matéria e chamar a atenção do leitor para o texto”.

Tendo isso em conta, entendemos que, no jornalismo digital, os títulos, de forma semelhante ao jornalismo impresso, assumem a função de conectar o leitor com o conteúdo do texto. Portanto, devem chamar a atenção dos leitores, levando-os a ler o corpo da notícia, mas, ao mesmo tempo, no nosso ponto de vista, também funcionam como tomada de posição do sujeito jornalista.

Nesse sentido, perguntamo-nos se no jornalismo *on-line* funcionaria também o uso da pirâmide invertida? Há contro-

vérsias sobre isso e, como para quase tudo na web, ainda não há teorias sedimentadas. A metodologia da pirâmide invertida “é um jargão jornalístico para identificar um formato de textos em que a parte mais importante da notícia ou da informação é colocada logo no primeiro parágrafo”. (CASTILHO, 2005, p. 1).

No caso em análise, entendemos que o próprio título das notícias é apresentado como sendo uma das partes mais importantes, tendo como objetivo instigar o leitor a ler o que será apresentado ao longo do texto e encaminhar o sentido para uma direção. Esse movimento, por si só, já nos permite a compreensão da tensão do jogo de forças sociais.

Em análise do discurso (AD), a preocupação centra-se em como o discurso funciona, isto é, como, ao dizer de uma maneira, não de outra, produzimos sentidos. O que apagamos e o que lembramos? Essa indagação tem a ver com o fato de que as práticas discursivas são concebidas como gestos do sujeito que escreve, que lê, que interpreta, em distintas situações de produção¹ o sujeito, inscrito na história e determinado pelos saberes próprios ao *lugar social* que ocupa, projetado, no seu imaginário sentido(s) possíveis na formação discursiva (FD) em que está inscrito. O sujeito enuncia, portanto, não na sua individualidade, e sim afetado pelo inconsciente e pela ideologia. E o texto (unidade de análise do discurso), na sua incompletude, é concebido como uma trama de fios que, ao mesmo tempo em que se tecem, abrem fendas/brechas que podem ser preenchidas por já-ditos

ou por um novo vir a ser do discurso. Nessa perspectiva, a escritura e a leitura se constituem como práticas sociais que mobilizam o interdiscurso (a memória do dizer) e conduzem o produtor e o leitor do texto, enquanto sujeitos históricos, a se inscreverem em uma disputa de interpretações.

A língua, por sua vez, é concebida como materialidade do discurso e com o espaço para o possível e para o impossível, pois o furo, o lapso, o equívoco ocorrem e são apreendidos nela e por ela – “a língua é um sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, as marcas significantes da língua são capazes de deslocamentos, de transgressões, de rearranjos”. (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 107-108). Nosso interesse é, então, observar, nesse horizonte do ciberespaço, no qual se movimentam diferentes sujeitos enunciadore, como funcionam os deslocamentos, o jogo, o rearranjo quando se trata de relatar o discurso-outro – o que move o gesto de interpretação do jornalista quando este elege o título de suas notícias?

A partir de uma das perguntas do jornalista e da resposta do sujeito enunciadore do DL,² analisamos efeitos de sentidos possíveis para o enunciado “eu não brinco com a democracia” e, posteriormente, o título de 16 periódicos online, bem como de dois *blogs* que deram destaque imediato ao pronunciamento em pauta.

Metodologicamente, denominamos de texto 1 o fragmento da entrevista

já referida, dando ênfase ao enunciado “[...] eu não brinco com a democracia”. O interesse é, por meio da análise, compreender o que esse enunciado evoca, ou seja, levando em conta que o discurso, na perspectiva da AD, materializa o tenso jogo de forças que se estabelece na sociedade, e também o fato de que para dizer é preciso esquecer, nosso interesse é investigar/acompanhar como a emergência do pronunciamento recém-referido traz à tona sentidos já existentes no âmbito do interdiscurso e, em especial, como esse pronunciamento foi desconstruído e, concomitantemente, reconstruído pela mídia digital e como pode produzir sentido(s) a partir dos títulos das notícias e dos textos de blogs.

Texto 1 - O fragmento da entrevista³

Jornalista: Presidente, o senhor destacou hoje a questão da alternância no Poder, que é uma questão complexa no continente, não só na Guatemala, onde o senhor visita, que há gente tentando derrubar o Presidente – mas, na Venezuela, por exemplo, o Presidente Chávez tende a permanecer talvez mais tempo. No Brasil, o senhor está sendo colocado cotidianamente em um possível terceiro mandato. Que recado foi esse? Foi para a Guatemala, foi para a Venezuela, ou confirmar no Brasil que o senhor não...

Presidente: Olha, primeiro, se a contribuição que eu puder dar ao Brasil for lutar contra o preconceito, quebrar o preconceito, eu vou fazer. Primeiro, da minha parte, não existe hipótese de terceiro mandato. Eu fico muito feliz quando as pesquisas começam a demonstrar que uma grande parcela do povo começa a querer, mas não existe hipótese de terceiro mandato, porque eu volto a repetir

o que eu já disse: *eu não brinco com a democracia* (grifo nosso). Foi muito difícil a gente conquistá-la, e o que vale para mim, vale para os outros. Alguém que quer o terceiro mandato pode querer o quarto, pode querer o quinto, pode querer o sexto.

Agora, veja, isso, se for feito democraticamente, ainda é assimilável porque é muito engraçado que as críticas que fazem aos presidentes da América Latina que querem o terceiro mandato não se fazem aos primeiros-ministros na Europa, que ficam 16 anos ou 18 anos. Ou seja, lá a pessoa é indicada por um colégio e é democrático. Aqui, é eleito pelo povo e não é democrático. É preciso que a gente tenha um pouco de auto-estima para valorizar a democracia.

O Chávez quer o terceiro mandato, ele vai se submeter às eleições. Uma hora o povo pode querer, outra hora o povo pode não querer. O Uribe está querendo o terceiro mandato, tem que passar por um referendo. Ele pode querer e o povo pode elegê-lo ou pode não elegê-lo. Eu não vejo nisso nenhum mal. O que eu acho importante é que todo resultado seja um exercício da democracia. Se isso acontecer está ótimo. E isso... Veja, quando eu fui à Colômbia – acho que vocês me perguntaram na frente do Uribe se... o que o Uribe ia fazer no terceiro mandato – eu falei: eu não posso comentar sobre a Colômbia, agora sobre o Brasil eu posso comentar. Eu acho que o Brasil não deve ter o terceiro mandato. É isso.

Em relação ao movimento de produção de sentido, Pêcheux (1990, p. 56) salienta que um discurso deve ser analisado a partir da rede de memória e do trajeto social em que tem origem, mas que é preciso considerar a possibilidade de (*des*) *estruturação-(re)estruturação* dessa rede e desse trajeto. É nesta perspectiva que o interdiscurso funciona como exterioridade, ou seja, como o *lugar* do outro.

A partir do enunciado “[...] eu não

brinco com a democracia” foi possível a compreensão do dito, mas também do que não foi dito no interior do dito. O fato de que todo o discurso é endereçado a *um outro*, independentemente do *status* dessa alteridade, nos leva a entender que *esse outro*, tomado na relação imaginária, é constituído pelos ouvintes e/ou leitores – é a eles que o sujeito enunciador se dirige. Entretanto, há que ser levado em conta que os sentidos se produzem no interior da FD em que os sujeitos (enunciadores/leitores/ouvintes) estão inscritos.

Assim, esse enunciado do DL faz “eco”, por exemplo, com enunciados da época da ditadura militar, provocando efeitos outros e materializando o tenso jogo de forças que se estabelece na sociedade. Entendemos que a historicidade é justamente isso – “o jogo do sempre retorno: a contradição ideológica da história constituindo o discurso, e o discurso passando a fazer parte da história, visto que é próprio do discurso jornalístico o papel de registrar, de maneira particular, na história, essa contradição”. (MITTMAN; CAZARIN, 2008, p. 1).

Para dizer é preciso esquecer. Portanto, a emergência de “[...] eu não brinco com a democracia” traz à tona sentidos já existentes no âmbito do interdiscurso e silencia outros. Nesse movimento de discurso reativa-se a *memória do dizer*.⁴ Emergem aí enunciados tais como: “Basta de ditadura!”, “Abaixo a ditadura”, “Liberdade para a imprensa”, “Liberdade para os presos políticos”, “Contra a censura”, “Quero votar para presidente”;

“Diretas já!” – que rememoram fatos como: “o golpe e a ditadura militar”; “o ato institucional nº 5”; “o fechamento do Congresso Nacional”; “o movimento pelas Diretas Já – só para citar alguns. A memória social faz “retornar” enunciados, saberes já-ditos, que são reatualizados/ressignificados e passam a trabalhar tanto no discurso da FD que abriga o DL como em sua exterioridade. O retorno do mesmo no outro atesta a incompletude de todo e qualquer discurso, tanto pela discursividade anterior como pela futura – o processo, que já vinha sendo discursivizado, gera efeitos de sentido pontuais, mas também provoca nova discursividade.

Pêcheux (1990, p. 54) escreve que “é porque há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação que abre a possibilidade de interpretar”. Escreve mais, dizendo que é porque existe “essa ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes”. (p. 57).

Ao enunciado por Lula agregam-se outros enunciados, quer se contrapondo, quer se aliando a esse discurso, e isso já é possível observar a partir dos títulos das notícias. Na análise desses constatamos que muitos dos periódicos por nós visitados, ao relatarem o discurso-outro, identificam-se entre si, ao passo que outros divergem. Nesse processo, o *outro* emerge como heterogeneidade constituti-

va do dizer e a materialidade do discurso possibilita a compreensão não só da diferença, mas também do confronto entre distintas posições-sujeito.

Antecedendo as análises propriamente ditas, explicitamos o que entendemos por discurso relatado. Em texto distinto (1998),⁵ na perspectiva da AD, ao analisar a inserção do discurso-outro no discurso de Lula, trabalhamos com o discurso relatado⁶ como indício da natureza heterogênea de todo e qualquer discurso, constituindo-se, portanto, em uma das formas da heterogeneidade discursiva. É também dessa ótica que realizamos a análise neste texto.

Indursky (1997, p. 198-199) distinguuiu três modalidades de discurso relatado: discurso relatado marcado (DRM), discurso relatado indireto formal (DRIF), e discurso relatado indireto informal (DRII). Caracteriza o DRM pela citação; o DRIF pela parafraseagem; o DRII como sendo uma variante do DRIF, dele se distinguindo por não apresentar identidade com a sintaxe que caracteriza o discurso indireto.

No caso em pauta, tendo presente que o modo de dizer não é indiferente aos sentidos e que todo discurso se instaura em um espaço de tensão entre a sistematicidade da língua, a historicidade e a interdiscursividade, nosso gesto analítico nos leva a entender ser possível, por meio dos títulos das notícias, trabalhar com três recortes discursivos, representativos de três posições-sujeito: a posição-sujeito 1, que abriga o discurso de jornalistas que imaginariamente bus-

cam manter a pretensa neutralidade da imprensa; a posição-sujeito 2, na qual se inscrevem jornalistas que estabelecem o confronto com o discurso de Lula (DL); a posição-sujeito 3, aquela que abriga o discurso de jornalistas que se aliam ao DL. O objetivo é, então, compreender o jogo de forças políticas entre essas distintas posições-sujeito, analisadas de acordo com diferentes funcionamentos discursivos.

Bloco discursivo 1 – o discurso do jornalismo pretensamente neutro

Os títulos relacionados a este bloco discursivo (subdividido em dois grupos discursivos) referem-se ao DL pelo uso do discurso relatado indireto formal (DRIF). Esse tipo de discurso corresponde ao discurso indireto de Bakhtin (1990, p. 155-173), ou seja, é apresentado como um processo de parafraseagem do discurso-outro, não mantendo compromisso com a originalidade do mesmo, apenas a ele se referindo. Por isso, o sujeito enunciador tanto pode relatar parcialmente o discurso do outro como dar uma outra versão a esse discurso, isto é, a sua versão.

Segundo Indursky (1997, p. 201-202), essa modalidade de discurso tem uma sintaxe passível de formalização – SN dizer X –, na qual dizer pode ser substituído por afirmar, fazer crer, alegar, desejar, pretender, espalhar, propagar,

dentre outros.

No título de cinco periódicos a inserção do discurso-outro se realiza por um verbo *dicendi*⁷ – dizer –, embora com pequenas alterações sintáticas, como podemos observar nos dois grupos discursivos que se seguem.

Grupo discursivo 1

1. Não existe hipótese de terceiro mandato, diz Lula
BBC Brasil, na Cidade da Guatemala 2/6/2009 - 18h55min
<http://www1.folha.uol.com.br/fo-lha/bbc/ult272u575613.shtml>
2. Não existe hipótese de terceiro mandato, diz Lula 2 de junho de 2009 - 18h26min
AP BRUNO GARCEZ São Paulo - Brasil - BBC BRASIL.com
<http://ultimosegundo.ig.com.br/bbc/2009/06/02/+6497944.html>
3. Não existe hipótese de 3º mandato, diz Lula
Ed. Ferreira /AE <http://tribuna-donorte.com.br/noticias/111456.html>
Fonte: Conjuntura *on-line* - Por: Capital do Pantanal - 3/6/2009
4. Lula diz que não haverá terceiro mandato
Agência Brasil - terça-feira, 2/6/2009 - 21h45min
<http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2009/06/02/Brasil/.shtml>
5. Lula diz que não haverá terceiro mandato
Portugal Digital - Brasil/Portugal

- 3/6/2009 - 8h30min

<http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=8515100&canal=159>

Observamos em relação a esse conjunto de títulos que os dois primeiros periódicos que representam uma mesma agência repetem o título, o que é até compreensível, mas o terceiro título, embora não sendo da mesma agência, também é uma repetição. Isso nos leva a perguntar: Qual o efeito de sentido dessa repetição do mesmo? Em termos de efeitos de sentido, o título sinalizaria para a imparcialidade pretensamente defendida pela maioria dos periódicos. No entanto, como funciona a “escolha” deste e não de outro recorte? Como funciona a “escolha” de uma e não de outra estrutura sintática? O que move esse gesto interpretativo? Por que a ênfase é dada ao terceiro mandato, não à questão da democracia?

E em relação aos dois últimos periódicos (4 e 5), que não são da mesma agência, como explicar o título idêntico? Como ocorre essa “passagem” do título de um jornal para o outro? Isso seria uma prática do jornalismo *on-line*? E a autoria seria atribuída a quem?

Nos dois últimos títulos o recorte/a ênfase do pronunciamento é outro: o jogo entre “não existe hipótese do terceiro mandato...” dos três primeiros títulos e “não haverá terceiro mandato...” dos dois últimos produz um efeito de sentido distinto. A escolha das palavras não é inocente, muito menos no discurso jor-

nalístico. Baccega (1998, p. 85), ao tratar desse discurso, escreve que são as relações sociais que determinam a escolha de uma palavra ou outra na realização de uma enunciação. Segundo a autora, as palavras cumprem, portanto, o papel de manifestar *o eu* sempre no confronto com *o outro*.

Assim, “não existe hipótese do terceiro mandato...” abre-se para a produção de um sentido que possibilitaria a continuidade do diálogo; já em “não haverá terceiro mandato...”, o sentido é de uma conclusão (daquele que estaria com a última palavra), apontando para o fechamento do diálogo.

A força ilocucionária da negação associada ao verbo haver (“não haverá...”) nos possibilita a compreensão do tenso jogo com a exterioridade do DL e reflete posições de sujeito também em tensão, pois o gesto de interpretação é sempre carregado de ideologia.

Grupo discursivo 2

Já em outros quatro periódicos, a pontuação (os dois pontos) também funciona como um verbo *dicendi*. Mas o que particularmente nos interessa é mostrar que o mecanismo da pontuação pode, conforme Orlandi (2001, p. 110-111), nos fornecer elementos para a compreensão do político, pois “a pontuação funciona como lugar em que o sujeito trabalha seus pontos de subjetivação, o modo como ele interpreta”. Isso nos leva a registrar que o recorte realizado pelos jornalistas

é outro.

6. Lula: não haverá 3º mandato, não brinco com democracia
<http://www.sistemaodia.com/noticias/-43391.html>
2/6/2009 às 15h53min:00 - Atualizado em 2/6/2009 às 18h14min:35
7. Lula: não haverá 3º mandato, não brinco com democracia
2/6/2009 - 16h00min - Agência Estado
<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2009/06/02/+6494902.html>
8. Lula: não haverá 3º mandato, não brinco com democracia
Agência Estado <http://www.para-na-online.com.br/editoria/politica/news/376372/2/6/2009>
9. Lula: não haverá 3º mandato, não brinco com democracia
2/6/2009 - 17h31min <http://www.cabecadecuia.com/noticias/48198.html>
2 de junho de 2009 - 9h56min
10. Não haverá terceiro mandato, não brinco com democracia, diz Lula
3/6/2009 às 9h3min - Fonte : Agência Estado
<http://www.tribunadomaranhao.com.br/noticia/1590.html>
11. Não haverá terceiro mandato, não brinco com democracia, diz Lula
<http://portal.rpc.com.br/gazeta-dopovo/mundo/conteudo.phtml> - 2/6/2009
12. Não haverá terceiro mandato, não brinco com democracia
<http://olhardireto.com.br/noticias/>

[exibir.asp?id=28512](#)

Nos quatro primeiros títulos está presente o DRIF e a pontuação funciona como um verbo *dicendi*, e, embora sejam praticamente uma paráfrase dos títulos recém analisados, o efeito de sentido é outro, pois aqui o escopo recai sobre “Lula”. Recorrer à paráfrase para explicar o que estamos dizendo atesta que “a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos”. (ORLANDI, 1999, p. 35).

No caso dos títulos 10 e 11, embora a inserção do discurso-outro também ocorra por meio do DRIF e o recorte seja o mesmo, o funcionamento discursivo do verbo *dicendi* produz outro efeito de sentido, ou seja, os jornalistas, ao acrescentarem “diz Lula”, não só se eximem da responsabilidade do dito como a transferem ao sujeito enunciador de forma mais evidente.

Destacamos, no mesmo grupo 2, o último título (12), no qual o relato do discurso-outro é realizado por meio do DRIF e de forma impessoalizada. O efeito de sentido que podemos produzir a partir desse título difere dos anteriormente analisados, pois aqui o enunciado não é atribuído ao sujeito enunciador do DL – o recorte e o assunto são os mesmos dos demais títulos, mas a impessoalização silencia/omite o sujeito enunciador. Em AD, o silêncio significa e o silenciamento “sempre se acompanha de um movimento de sentidos” (ORLANDI, 1996, p. 34) – no caso desta análise, um gesto interpretativo dessa natureza, possibilita a

compreensão de que, naquelas condições de produção, para a posição-sujeito representada pelo jornalista não interessava enfatizar o sujeito enunciador.

Comparando os dois grupos deste bloco discursivo, salientamos que em todos os títulos do grupo 2 está presente o enunciado do grupo anteriormente analisado, mas a ele são feitos acréscimos, destacando o enunciado “[...] não brinco com a democracia”. O “olhar” interpretativo, portanto, é outro.

No que se refere à autoria de títulos deste bloco discursivo (que apenas repetem), embora não a estejamos entendendo nos moldes do postulado por Foucault (1996, p. 26-29) como sendo um discurso original, e sim no sentido de que a função-autor é exercida por aquele que, apresentando-se na origem do dizer, produz um texto com “unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim” e assume a responsabilidade pelo mesmo (ORLANDI, op. cit. p. 69), perguntamos: Em casos como esses poderíamos falar em autoria e/ou função-autor? A repetição produziria efeito de autoria? E isso nos leva a mais uma inquietação: Como falar em autoria no espaço da web e, em especial, no jornalismo *on-line*?

Nas palavras de Pêcheux (1999, p. 53), “a repetição é um efeito material que funda comutações e variações e assegura – sobretudo no nível da frase escrita – o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material”.

No caso em pauta, tendemos a entender que apenas a repetição não produziria um efeito de autoria – a repetição empírica sem historicidade, sem assunção do *lugar social* daquele que repete, prejudicaria a ideia de autoria.

Bloco discursivo 2 – o discurso de confronto com o DL através do DRIF

Neste bloco discursivo, o DRIF marca a inserção de um discurso antagônico ao DL, como podemos observar a seguir:

13. Lula diz não querer terceiro mandato, mas continua a dizer tolices quarta-feira, 3 de junho de 2009 6h9min - Blog Reinaldo Azevedo <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral>
14. Feliz com pesquisas, Lula diz que não há hipótese de 3º mandato Bruno Garcez - Enviado especial da BBC Brasil à Cidade da Guatemala. <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090602ac.shtml>

Note-se que, embora nesses dois títulos também esteja presente o recurso do verbo *dicendi*, os jornalistas, para não manter a fidelidade ao discurso-outro, valem-se das características do DRIF fazendo acréscimos a ele e, inclusive, nos dois casos, distorcem o referido discurso. Assim, ambos os títulos estabelecem o confronto entre posições-sujeito.

Pelo fato de o DRIF não manter compromisso com a fidelidade ao discurso-outro, é possível aos sujeitos jornalistas,

cada um a seu modo, limitarem-se a referir sobre ele. Esta é uma característica própria do DRIF – o sujeito jornalista pode, até mesmo, distorcer o discurso que está sendo relatado.

A partir da sintaxe do título 13, um dos efeitos de sentido que podemos produzir é “diz não querer, mas quer”, porém, ao implicitar, esse jornalista *diz sem dizer*, ou seja, direciona o sentido para uma direção de confronto com o DL. Outro sentido que podemos produzir para este título é o de que “Lula é tolo, ignorante”, pois, como escreve Ducrot (2002, p. 169), há palavras nos enunciados que nos dão uma “instrução” sobre a maneira de interpretá-las. Observemos:

P mas *Q* > de *P*, tire a conclusão *R*;
de *Q*, tire a conclusão *não R*

Da conexão *P* (Lula diz não querer terceiro mandato) *Q* (continua a dizer tolices) com a conjunção *mas* > tire a conclusão *não R* (Lula diz tolices). Portanto, o que fica valendo é isso – é a segunda parte do título que é enfatizada.

É interessante atentarmos para um fragmento da resposta do sujeito enunciatador do DL:

[...] da minha parte, não existe hipótese de terceiro mandato. Eu fico muito feliz quando as pesquisas começam a demonstrar que uma grande parcela do povo começa a querer (grifo nosso), mas não existe hipótese de terceiro mandato, porque eu volto a repetir o que eu já disse: eu não brinco com a democracia. Foi muito difícil a gente conquistá-la, e o que vale para mim, vale para os outros. Alguém que quer o terceiro mandato pode querer o quarto, pode querer o quinto, pode querer o sexto.

Contrapondo esse fragmento de discurso ao título 14 – “Feliz com as pesquisas, Lula diz que não há hipótese de 3º mandato”, podemos observar que o gesto interpretativo desse jornalista o leva a eleger determinados recortes em detrimento de outros possíveis. A construção sintática desse título marca não só sua subjetividade, como permite a compreensão de que a linguagem não é transparente e que há uma injunção à interpretação. Essa injunção é possível de ser apreendida pelo modo como o sujeito textualiza o discurso. Isso nos leva a retomar Pêcheux (1998, p. 54) quando afirma que “a sintaxe não é nem uma máquina lógica, nem uma construção fictícia de natureza metalinguística”. É preciso, nos ensina ele, entender que “toda a construção sintática é capaz de deixar aparecer uma outra... tratar-se-ia então de pensar a língua como um corpo atravessado por falhas, ou seja, submetido à irrupção interna da falta”.

Bloco discursivo 3 – o discurso aliado ao DL

A heterogeneidade discursiva analisada neste bloco é fruto da aliança que ocorre entre o discurso de Lula e determinados periódicos e/ou blogs. Essa aliança funciona como forma de apoio e/ou sustentação do discurso em análise.

15. Lula descarta hipótese de terceiro mandato definitivamente
Ed Ferreira - Em 2/6/2009 às 16h10min:40 - por Redação/G1

<http://www.matogrossoonline.com.br/artigo.php?id=6963485>

16. Terceiro mandato de Lula será o de Dilma, diz Dr. Rosinha

http://www.pt-pr.org.br/noticias_detailhe.asp?ID=4041

17. O factóide do terceiro mandato

<http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=57243>. 2/6/2009

18. O presidente e a democracia - ditadura, nunca mais

Por Luiz Carlos Santos Lopes em 2/6/2009 - Acesso em 15 de junho de 2009

<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=540FDS012>

Nos dois primeiros títulos também o relato do discurso-outro é realizado por meio de verbos *dicendi* – descartar e dizer; no primeiro deles, a força ilocucionária do verbo é reforçada pelo advérbio definitivamente e, no segundo, o relato do DL se realiza por um outro sujeito enunciador do DL. Como já escrito, isso atesta que, quando nos referimos ao DL, não estamos nos referindo a um determinado sujeito empírico, e sim a sujeitos históricos inscritos em uma mesma posição-sujeito, numa mesma região de saber da FD em que se inscrevem.

Por sua vez, nos dois últimos títulos que marcam a aliança ao DL a inserção do discurso-outro é realizada pelo discurso relatado indireto informal (DRII), que também não apresenta uma sintaxe previsível e é entendido como uma variante do DRIF; dele se distingue apenas por não apresentar identidade com a sintaxe

que caracteriza este último; também não tem compromisso com a fidelidade ao “discurso-outro”, podendo relatá-lo parcialmente ou, até mesmo, traduzir e/ou traír as ideias nele vinculadas. No caso em pauta, “traduz” o discurso-outro por meio de paráfrases; na primeira delas, a carga semântica do item lexical “factóide” funciona como desqualificação do discurso dos jornalistas, que se inscrevem em um *lugar social* de pretensa neutralidade e/ou de confronto com o DL.

Por meio do enunciado “Ditadura nunca mais” emerge do interdiscurso, além dos anteriormente referidos, um outro enunciado – “Tortura nunca mais” –, *slogan* de um grupo de pessoas que lutam pela abertura dos arquivos da ditadura militar, as quais tiveram seus familiares presos, torturados, mortos pelo regime militar (1964-1985). É isso que em AD entendemos quando dizemos que as palavras vêm carregadas de sentido – para significar é preciso que elas já tenham sentido. Parafraseando o que escreve Acunha Guimarães (2001, p. 82), diríamos que “ditadura nunca mais” aponta para o diferente, mas, sob essa aparência, promove o retorno do mesmo, pois os saberes se transformam, se deslocam, mas não são apagados; por isso, sempre podem retornar, ainda que ressignificados.

Concluindo, enfatizamos que no discurso relatado, em suas diferentes formas, está “constantemente presente o sentido de que todo o discurso é um discurso reproduzido, pois falamos sempre pela palavra do outro”. (PONZIO, 1998, p. 93). Em relação aos três blocos discursivos

sivos, diríamos que qualquer jornalista, independentemente do veículo de informação, é levado a interpretar a partir do lugar social em que se inscreve e daquilo que esse lugar significa. É nesse sentido que a interpretação sempre pode ser outra e se dá determinada pela ideologia, que direciona os sentidos. Orlandi (1999, p. 36) escreve que, “nos processos parafrásticos, algo sempre se mantém, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos espaços de dizer”. A isso acrescentaríamos que, por meio da paráfrase e do discurso-relatado, o sujeito jornalista se movimenta nos desvãos entre lembrança e esquecimento.

O sujeito do jornalismo *on-line*, inscrito em determinado lugar social, sempre é parcial no relato do discurso-outro. Nesse sentido, entendemos que não ocorrem deslocamentos significativos em relação à mídia impressa – o gesto interpretativo, independentemente do veículo de comunicação, ocorre no movimento entre o lugar de “leitor” e o de “avaliador” do discurso. É nesse processo de avaliação, determinado pela ideologia e pelo inconsciente, que o sujeito jornalista realiza uma espécie de triagem daquilo que pode, deve ou convém relatar e, por conseguinte, daquilo que não pode, não deve ou não convém explicitar no relato, ainda que disso não se dê conta.

The forces' play on the report of a pronouncement

Abstract

From of a press conference gave by President Lula, which makes reference

to an possible “mandate third”, this text intends to understand different gestures of journalists subjects on the reading/interpretation of an utterance, as well as to understand what evokes its emergency and in what measure, on the different ways to report the other discourse, the own title of the news materializes the force's relations presents in the society. The text also mains, by one of the journalist asks and by the answer of discourse enunciator's subject, to analyze the possible meaning effects for the utterance “I don't play with the democracy”, that, to be pronounced, it makes echo with others already said utterances in other production's conditions.

Key words: Discourse's analysis. Lula's discourse. Reading/interpretation. Reported discourse.

Notas

- ² Orlandi (1987, p. 158-159) escreve que todo o discurso deve ser referido às condições de sua produção, ou seja, os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social constituem o sentido do discurso. Salienta que, para a AD, a noção de condições de produção é importante, pois são elas que caracterizam o discurso, o constituem e, como tal, tornam-se objeto de análise. Em texto distinto (1999, p. 30-34) volta a tratar das condições de produção, explicitando a distinção entre condições de produção em sentido estrito (circunstâncias da enunciação – contexto imediato) e condições de produção em sentido amplo (contexto sócio-histórico, ideológico); afirma que as condições de produção compreendem, fundamentalmente, os sujeitos e a situação, observando que a maneira como o interdiscurso é acionado também é constitutiva das condições de produção – o que o é dito em outro lugar também significa em nossas palavras.
- ³ O discurso de Lula (DL) é entendido como efeito de unidade discursiva, não como o discurso de um sujeito empírico. Inscritos nesse discurso, outros sujeitos enunciam, enunciaram ou podem enunciar.
- ⁴ <http://www.e.gov.br/defaultCab.asp?idservinfo=43401&url=http://www.info.planalto.gov.br/>.
- ⁵ A noção de “memória discursiva”, introduzida na teoria da AD por Courtine (1981, p. 49-53), é entendida no sentido de que toda a produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento for-

mulações anteriores já enunciadas. Pêcheux (1999, p. 49-57) salienta que a memória que interessa para a AD não é a “memória individual”, mas aquela que entrecruza os sentidos da memória mística, da memória social, inscrita em práticas e da memória construída do historiador. Segundo suas próprias palavras, “uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...]. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

⁶ *Heterogeneidade discursiva*: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L. I. Lula da Silva.

⁷ O entendimento que se tem em AD sobre o discurso relatado não coincide exatamente com o de Bakhtin e de Authier. Bakhtin (1990, p. 174-196) distingue três tipos de discurso relatado: discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Se tomadas suas considerações, o discurso relatado seria tratado como “discurso citado”. Para ele, o discurso citado é o discurso no discurso, mas, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso e serve tanto à transmissão como à integração do discurso de “outrem” num contexto monológico coerente. Já para Authier (1982, p. 91-96), o discurso relatado colocar-se-ia como um caso de heterogeneidade mostrada-marcada, revelando um fragmento exterior em relação ao discurso, o qual interfere na cadeia do discurso em enunciação, sob a forma de um ponto delimitado de heterogeneidade.

⁸ Verbo *dicendi* é um verbo de elocução (verbo de dizer), ou seja, a maneira pela qual alguém se expressa para relatar algo. Marcuschi (1991) denomina esse tipo de verbo como “introdutores de opinião”, salientando que introduzem opiniões alheias com pretensão de fidelidade ao pensamento do autor.

Referências

ACUNHA GUIMARÃES, Ivana. *Ocupar, resistir e produzir também na educação: análise do discurso pedagógico do MST*. Dissertação (Mestrado) - UFRGS, Porto Alegre, 2001.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, v. 26, p. 91-151, 1982.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Comunicação e linguagem: discursos e ciência*. São Paulo:

Moderna, 1998.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990,

CASTILHO, Carlos. *Jornalismo on-line: para que serve a pirâmide invertida?* Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=311ENO001>, 2005.

CAZARIN, Ercília Ana. *Heterogeneidade discursiva: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L. I. Lula da Silva*. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 1998. (Série Dissertações de mestrado).

COURTINE, Jean Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Languages*, v. 62, juin 1981b.

FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística I – objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio, 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

MANUAL DE REDAÇÃO. *Folha de S. Paulo*, São Paulo: Publifolha, 2005.

MARCUSCHI, Luís Antônio. A ação dos verbos introdutores de opinião. *Intercom – Revista Brasileira de Comunicação*, São

Paulo: Edusp, v. XIV, n. 64, 1991.

MITMANN, Solange; CAZARIN, Ercília Ana. *O conflito Colômbia/Equador e as FARC: efeitos discursivos na escrita da imprensa brasileira*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlm/Ercilia%20Cazarin.pdf> – (2008). Acesso em: 20 ago. 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formação e circulação de sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, 1996.

_____. *A linguagem e o seu funcionamento*.

Campinas: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____. Sobre a (des)construção das teorias linguísticas. Trad. de Faustino Machado de Assis. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre: UFRGS, n. 4, 1998.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PONZIO, Augusto. *La revolución bajtiniana: el pensamiento de Bajtín y la ideología contemporânea*. Edición y traducción de Mercedes Arriaga. Madrid, Espanha: Ediciones Cátedra, 1998.